

Ao
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º Andar, Sala 621
NESTA

Ref: Pregão Eletrônico nº **01/2023**
At: Comissão Permanente de Licitação
Processo: nº: 08084.007708/2021-53

Prezados Senhores,

Em resposta à vossa diligência promovida por meio da Nota Técnica nº 12/2023/DILIC/CPLI/CGL/SAA/SE/MJ, vimos apresentar os seguintes esclarecimentos:

- I-a) Apresentar documentação /justificativa que comprove a exequibilidade do preço total ofertado para o item 25, em conformidade com as legislações vigentes;
- I-b) Apresentar documentação que comprove a exequibilidade dos preços ofertados para os subitens apresentados na tabela 3, em conformidade com as legislações vigentes;

RESPOSTA: A Engemil Engenharia é uma empresa do ramo da Construção Civil com mais de 22 anos de experiência e grande expertise na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, similares ao objeto da licitação, com diversos contratos com os mais importantes órgãos da Administração Pública e Privada em grande parte do Território Nacional.

Desta forma, possuímos estoque de materiais básicos e temos grandes parcerias com os maiores fornecedores, distribuidores e fabricantes, o que nos possibilita negociar e adquirir em grande quantidade os materiais necessários, muitas vezes diretamente com a indústria produtora, realizando uma Economia de Escala,



reduzindo significativamente os custos dos insumos/serviços pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades, o que nos possibilita oferecer serviços com o menor custo de mercado, atendendo os interesses de economicidade da Administração Pública.

Portanto, aqueles itens que ofertamos maiores descontos, são aqueles que conseguimos adquirir por valores abaixo do preço de mercado e/ou que temos em estoque para atender os contratos vigentes, além de diversos maquinários e ferramentas em perfeita condição de uso, que pertenciam a antigos contratos encerrados.

Como é de conhecimento público, a Engemil Engenharia, é a atual prestadora de serviços no Ministério da Justiça e Segurança Pública desde 2016, e por isso, já possuímos todas as Máquinas, Equipamentos e ferramentas necessárias para o novo contrato, o que nos possibilita ofertar um preço melhor para a Administração Pública.

O atual entendimento do doutrinador Marçal Justen Filho corrobora o entendimento ora esposado, observe:

“Discorda-se do entendimento de que todas as hipóteses de inexecução comportam tratamento jurídico idêntico. Ao contrário, deve impor-se uma diferenciação fundamental, destinada a averiguar se a proposta pode ou não ser executada pela licitante, ainda que seu valor seja deficitário. A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja – o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou. A



formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa será uma decisão empresarial privada(...)" (grifo nosso)

Desta forma, declaramos que temos ciência que não caberá negociação futura envolvendo tais itens; os efeitos financeiros negativos decorrentes dessa desconsideração terão que ser absorvidos pelos demais itens da Planilha, desde que não se configure a corrosão da exequibilidade da proposta, não poderemos alegar posteriormente desconhecimento de fatos existentes quando da elaboração da proposta ou erros no preenchimento da planilha como fundamento para solicitar a repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

Declaramos explicitamente, que iremos cumprir todo o exigido no edital.

Sobretudo, é importante frisar que, nossa proposta atende integralmente os Princípios Constitucionais da Eficiência, Economicidade e Vantajosidade, de interesse da Administração Pública, resultando numa importante minimização dos gastos.

II – 2.2.3 Em relação ao cargo de Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico (itens 1 e 2) a empresa licitante apresentou o valor do auxílio alimentação com desconto de 10%...

RESPOSTA: Fizemos a exclusão do desconto de coparticipação e realizamos o ajuste das planilhas, sem a majoração do preço ofertado.



III – 2.2.3 B - Em relação aos Custos indiretos, Tributos e Lucros (...) a empresa licitante apresentou a alíquota para “A – custos indiretos” e “B – Lucro”, acima dos valores referenciais.

RESPOSTA: Os custos indiretos e o lucro são rubricas que variam de acordo com o tipo de empresa.

Os custos indiretos são aquelas despesas que não têm uma ligação tão explícita com os serviços ou produtos oferecidos. Apesar disso, eles costumam ser importantes para o funcionamento da empresa como o aluguel, energia elétrica, escritório, Departamento Pessoal, Despesas Bancárias, entre outros.

Muitos dos custos decorrentes dos contratos, não são passíveis de se apontar nas planilhas da licitação, tais como:

- Realização de exames admissionais, periódicos e demissionais.
- A Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000) determina que as empresas que tenham pelo menos sete empregados, sejam obrigadas a contratar aprendizes em consonância com o percentual mínimo de 5%, e no caso deste contrato, resultará na contratação de pelo menos 05 jovens aprendizes, com o custo mensal direto de mais de R\$ 2.200,00.
- Despesas com a disponibilização, manutenção e abastecimento de veículos para transporte de materiais e a equipe técnica, entre as diversas unidades que fazem parte dos locais onde serão realizados os serviços de manutenção.
- Dentre outros custos.

Ademais, esses percentuais de custos indiretos e lucro que apresentamos, não extrapolam os mais diversos entendimentos do TCU sobre essa Matéria, e embora



tenham ficado pouco acima dos valores de referência na planilha estimada exemplificativa da licitação, esses índices ficaram abaixo dos limites aceitáveis contidos na aba da planilha “AUX. LUCROS E CUSTOS INDIRETOS”, que foi elaborada pela Douta Comissão Técnica do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

III – 2.2.3 B - Para a Alíquota “C – Tributos”, está acima do valor referenciado pela Administração tendo em vista a incidência da CPRB.

RESPOSTA: A Lei Nº 12.546, de 14 de Dezembro de 2011, em seu artigo 7º, inciso IV incluiu as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013) .

A Lei Nº 13.202, de 8 de dezembro de 2015, definiu que a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento).

Desta forma, por sermos beneficiados pela desoneração da folha de pagamentos, somos obrigados a recolher a alíquota de 4,5%, como já ocorre na planilha de BDI, que foi orçada pela área técnica do Ministério.

Estamos enviando os comprovantes de recolhimento que demonstram nosso enquadramento.



III – 2.2.3 B – Sobre a incidência do Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias, verificamos que no item “Férias e Adicional de Férias” a empresa licitante apresentou alíquota acima do referenciado pela Administração.

RESPOSTA: De acordo com a Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO, o percentual das Férias e 1/3 Constitucional é de 12,10%, conforme tabela abaixo:

ITEM	PERCENTUAIS
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)

FONTE: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/midias/INn05de26demaiode2017Hiperlink.pdf>

Desta forma, esperamos ter atendido e esclarecido todos os apontamentos da vossa diligência, e desde já, nos colocamos à disposição para a realização de novas correções, para sanar quaisquer dúvidas, falhas e erros, e/ou apresentação de novos documentos que se façam necessários.

Brasília DF, 03 de março de 2023



MATHEUS ANTÔNIO MILITÃO DE MENEZES

CREA 13.814/D-DF CPF: 000.400.681-02

Engenheiro Civil Sócio-Diretor

Matheus Antonio Militão de Menezes
CREA 13.814/D-DF - Engenheiro Civil
Sócio Administrador
Engemil Engenharia
CNPJ: 04.768.702/0001-70